

RESUMO EXPANDIDO

MOBILIDADE URBANA E DESIGUALDADE TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO PAPEL DOS MOTOTAXISTAS NA CIDADE DE NITERÓI

Eloise Santos Neves Peixoto¹

Luciana Pereira da Silva²

Fabiana Teixeira do Nascimento³

RESUMO

A mobilidade urbana influencia na qualidade de vida da população e revela desigualdades estruturais das cidades brasileiras. A presente pesquisa tem como problema investigado a natureza das barreiras – sejam legais, socioespaciais – que impedem a implementação da regulamentação que atuaria no sentido de retirar o serviço de mototáxi da informalidade. O objetivo do trabalho é analisar a realidade dos mototaxistas em Niterói, compreendendo o papel desempenhado nas periferias e sua contribuição para a mobilidade em áreas negligenciadas pelo transporte formal. A metodologia utilizada combina revisão bibliográfica e entrevistas com mototaxistas. O estudo revela que a mobilidade, quando observada a partir da perspectiva dos mototaxistas, expõe desigualdades territoriais e dinâmicas urbanas que são invisibilizadas pelas políticas públicas. Dessa forma, é importante destacar a necessidade de um planejamento urbano que leve em consideração as realidades vividas pela população que ocupam esses espaços marginalizados e promovam, assim, igualdade de acesso aos espaços da cidade, contribuindo para uma mobilidade justa e inclusiva.

Palavras-chave: Mobilidade urbana; Desigualdade Territorial; Mototáxi.

DESTAQUES

- O serviço de mototáxi como um instrumento de inclusão socioespacial diante a negligência do poder público perante as necessidades das áreas periféricas.

¹ Graduanda em Direito na Universidade Federal Fluminense, e-mail: eloise_peixoto@id.uff.br, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1889044663474859>.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, e-mail: lcnpereira@yahoo.com, Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3056889111972907>.

³ Graduanda em Direito na Universidade Federal Fluminense, e-mail: fteixeira@id.uff.br, Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1065482501287120>

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

- Evidenciar que a regulamentação adequada pode fortalecer o reconhecimento profissional e integrar devidamente o mototáxi ao sistema formal de mobilidade.
- Necessidade de um planejamento urbano que considere as realidades dos territórios marginalizados e promova mobilidade inclusiva.

Problema da Pesquisa

O modo de deslocamento diário da população exerce influência direta sobre a qualidade de vida nas cidades. O acesso a um transporte eficiente, seguro e acessível constitui um direito essencial para o exercício da cidadania, pois é por meio dele que a população alcança o trabalho, a educação, os serviços de saúde, lazer e espaços de convivência social (Melo, 2025). Conforme evidenciou Lefebvre (1991), o movimento de transitar tornou-se cada vez mais tão importante quanto o de habitar. Assim, a mobilidade urbana emerge como um importante elemento para compreender a dinâmica do espaço urbano.

Nesse sentido, a mobilidade urbana pode ser entendida como um reflexo das estruturas socioespaciais de uma cidade (Madeira, 2025), tendo em vista que revela as desigualdades no acesso ao território e aos serviços públicos. Nas áreas periféricas, onde vivem as populações de menor renda, o serviço de transporte formal é precário, ou sequer existe, já que, em muitos casos, esses serviços não alcançam tais regiões. Essa realidade evidencia que a mobilidade vai muito além de uma questão técnica, e trata-se de um tema essencial para a promoção da justiça social e para o pleno exercício da cidadania.

O processo de urbanização acelerado e desordenado, característico das cidades brasileiras, intensificou os desafios relacionados à mobilidade urbana. Os grandes centros urbanos são frequentemente marcados por congestionamentos, longos tempos de deslocamento, altos custos de transporte e uma grave falta de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Além disso, a ausência de um planejamento urbano que considere as experiências reais vividas nas ruas resulta em serviços de transporte incompatíveis diante da densidade populacional, das condições econômicas e da topografia das áreas onde vivem os

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

moradores. Essa realidade contribui para a existência de regiões em que o transporte coletivo é insuficiente ou sequer chega, obrigando a população a recorrer a meios alternativos de deslocamento.

Surge, nesse contexto, o serviço de mototáxi. Ao analisar as dinâmicas das comunidades periféricas da cidade de Niterói, fica evidente como o serviço de mototáxi se consolidou como um elemento essencial para a vida cotidiana e a mobilidade da população. Em muitas dessas regiões, como é o caso do Morro do Preventório, o mototáxi é o único meio de transporte capaz de chegar ao topo dos morros e em áreas de difícil acesso, às quais o transporte formal não alcança. Ele é responsável por garantir rápidos deslocamentos e por atender necessidades básicas, como levar medicamentos, alimentos e facilitar o acesso a serviços públicos. Assim, o mototáxi não representa apenas um meio de locomoção, mas um elo entre as comunidades e o restante da cidade, desempenhando um papel social e territorial de extrema importância.

Assim, o mototáxi se estabelece como um verdadeiro agente de inclusão social. Ao atender locais que o Estado negligencia, ele fornece o direito à mobilidade e preenche as lacunas deixadas pelo sistema de transporte público. Além de proporcionar deslocamento da população, esse serviço também gera empregos e movimenta a economia local, sendo dessa maneira, uma expressão da prática comunitária para enfrentar os desafios da mobilidade urbana em territórios de vulnerabilidade.

Apesar dessa relevância, os mototaxistas são alvo de marginalização e estigmatização, sendo associados à criminalidade. A falta de regulamentação efetiva, faz com que essa categoria opere às margens da formalidade, expostos à vulnerabilidade e a constantes ações repressivas de agentes estatais. Essa marginalização reflete a desigualdade socioespacial e olhar excludente das políticas urbanas, que tendem a privilegiar modais de transporte voltados às áreas centrais e de maior renda, ignorando as dinâmicas e soluções construídas pelas periféricas.

O reconhecimento do mototáxi como um componente legítimo do sistema de transporte é, portanto, uma medida de valorização das práticas que emergem das próprias comunidades. A lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, reconhece e regulamenta a

14º Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

UFF
Universidade
Federal
Fluminense

atividade profissional dos mototaxistas, estabelecendo normas para o exercício da função, como ter idade mínima de 21 anos, tempo de habilitação e o uso obrigatório de equipamentos de segurança. Somada a isso, em Niterói, desde 2015 há a Lei nº 3.163 que regulamenta o exercício das atividades dos mototaxistas.

Entretanto, é observado um impasse quanto à regulamentação por parte da prefeitura da cidade de Niterói a respeito da referida lei municipal. Ainda há uma falta de decretos municipais que definam aspectos essenciais ao serviço, como a demarcação dos pontos de mototáxi e do preço tarifário (Rocha, 2025). Dessa forma, mesmo existindo legislação sobre o tema, há barreiras que impedem a implementação da efetiva regulamentação, mantendo o serviço na informalidade e sem o devido reconhecimento dos trabalhadores.

A presente pesquisa tem como problema investigado a natureza das barreiras – sejam legais, socioespaciais – que impedem a implementação da regulamentação que atuaria no sentido de retirar o serviço de mototáxi da informalidade, diminuindo, ou mesmo eliminando, o estigma de envolve o serviço na cidade de Niterói, RJ.

Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Investigar as barreiras sociais que estigmatizam o serviço de mototáxi na cidade de Niterói, RJ;
- Analisar as barreiras legais que mantém o serviço de mototáxi na informalidade;
- Pesquisar a realidade do mototáxi, realidade do mototáxi, considerando o perfil da população atendida, as áreas de atuação e os impactos socioeconômicos que esse serviço gera para a cidade de Niterói, RJ;
- Investigar as implicações socioeconômicas da atuação dos mototaxistas na cidade de Niterói, RJ.

Metodologia

Quanto à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando a revisão bibliográfica sobre o tema com a realização de entrevistas com os mototaxistas. Essa combinação busca compreender, de maneira mais próxima e detalhada, as

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

experiências desses trabalhadores e o papel que desempenham na dinâmica da mobilidade urbana da cidade.

Relevância científica ou social da investigação

O estudo sobre os mototaxistas e a realidade que vivenciam serve como ferramenta de análise para compreender a estrutura da mobilidade urbana nos centros urbanos, especialmente nas áreas periféricas e de menor renda. A análise é realizada a partir da perspectiva da mobilidade entendida como um pilar fundamental para a promoção da equidade social e para a democratização dos espaços urbanos.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o estudo da mobilidade urbana, sobretudo a partir das experiências concretas dos mototaxistas, é de extrema importância para compreender as desigualdades territoriais que estruturam as cidades brasileiras.

Investigar como esses trabalhadores atuam, quais obstáculos enfrentam e quais soluções produzem cotidianamente permite revelar dinâmicas invisibilizadas pelas políticas públicas voltadas para a cidade formal (Maricato, 1996). Assim, ao reconhecer a mobilidade como um direito e como um instrumento de democratização do espaço urbano, reforça-se a necessidade de políticas que valorizem práticas comunitárias, ampliem o acesso ao território e promovam uma cidade verdadeiramente equitativa.

REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MADEIRA, Wilson Filho. Às margens do paraíso: a aplicação do novo marco legal do saneamento em comunidades periféricas em Niterói RJ. Rio de Janeiro: Autografia, 2025.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec/Séries Estudos Urbanos, 1996

ROCHA, Talitha Mírian do Amaral. Transformações no trabalho de motociclistas na cidade de Niterói. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025.

MELO, Shyrlane Peixoto de. O direito à mobilidade como fator de inclusão social nas periferias urbanas de Natal/RN. 2025.